



Edição Nº 01 – Ano 14

Araraquara, 31 de janeiro de 2026.

Período: Janeiro de 2026

Notícia: Lei que pune participantes da Moratória da Soja volta a valer em MT

Reportagem: Pedro Rafael Vilela · 2 de janeiro de 2026

Resumo: Maior produtor de soja do país, o estado de Mato Grosso pode passar a restringir o acesso a benefícios fiscais para empresas signatárias de acordos comerciais para a limitação da expansão agropecuária, como a Moratória da Soja. É o que prevê o dispositivo de uma lei estadual, aprovada em 2024, mas que estava suspenso por decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) movida por partidos políticos. A suspensão foi encerrada justamente no último dia de 2025, e o trecho da lei mato-grossense voltou a valer desde o dia 1º de janeiro, enquanto o mérito da ação está pendente de julgamento na Corte constitucional.

A Moratória da Soja é como ficou conhecido o acordo voluntário firmado em 2006 por empresas do setor com apoio do governo federal e organizações da sociedade civil, para não comercializar soja proveniente de áreas da Amazônia que tenham sido desmatadas a partir de 2008. O objetivo era justamente frear o desflorestamento do bioma por pressão da soja. A iniciativa envolve grandes empresas exportadoras de soja filiadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e à Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), com apoio de organizações como Greenpeace e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Link: [Lei que pune participantes da Moratória da Soja volta a valer em MT | Agência Brasil](#)

Notícia: Exportadores de soja deixam acordo sobre desmatamento na Amazônia



Reportagem: Pedro Rafael Vilela · 5 de janeiro de 2026

Resumo: Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) anunciou nesta segunda-feira (5) a saída da Moratória da Soja, um acordo voluntário firmado em 2006 por empresas do setor, com apoio do governo federal e de organizações da sociedade civil, para não comercializar soja proveniente de áreas da Amazônia que tenham sido desmatadas a partir de 2008.

A entidade representa grandes empresas do setor de processamento, industrialização e comércio de soja. O objetivo do pacto, que completará 20 anos, era justamente frear o desflorestamento do bioma por pressão da soja.

A saída ocorre poucos dias após a entrada em vigor de uma lei estadual do Mato Grosso que veta o acesso a benefícios fiscais em favor de empresas signatárias de acordos comerciais que estabelecem compromisso que vão além da legislação ambiental. A Moratória da Soja vem sendo alvo, há anos, de setores ruralistas contrários à ampliação das restrições ambientais.

Link: [Exportadores de soja deixam acordo sobre desmatamento na Amazônia | Agência Brasil](#)

Notícia: Gestão de resíduos pode levar municípios a reduzir emissão de gases

Reportagem: Bruno Bocchini · 7 de janeiro de 2026

Resumo: Cidades com 100 mil habitantes podem reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 33,5% se realizarem a gestão dos seus resíduos sólidos em nível intermediário. A conclusão é de estudo da consultoria internacional de gestão de resíduos e economia circular, a S2F Partners.

Segundo a consultoria, os municípios com gestão intermediária são aqueles que têm coleta universal, cerca de 6% de reciclagem e destinação final em aterro com captação de gás metano e queima do biogás.

O levantamento mostra que a redução das emissões pode chegar a 61,7% em municípios com sistemas avançados de gestão dos resíduos sólidos.

Link: [Gestão de resíduos pode levar municípios a reduzir emissão de gases | Agência Brasil](#)



Notícia: Inpe confirma redução de desmatamento na maioria dos biomas em 2024

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 10 de janeiro de 2026

Resumo: O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) consolidou os dados do sistema de Monitoramento Anual da Supressão de Vegetação Nativa (Prodes) do ano de 2024 para todos os biomas brasileiros. A análise sobre as imagens dos alertas divulgados anteriormente confirmou a redução da supressão de vegetação natural na maioria dos biomas monitorados, em relação a 2023.

Os dados consolidados apontam que entre os anos de 2023 e 2024 houve redução do desmatamento nos seguintes biomas:

Amazônia: 28,09%

Área não florestal na Amazônia: 5,27%

Cerrado: 25,76%

Mata Atlântica: 37,89%

Pampa: 20,08%

Os biomas Caatinga e Pantanal foram os únicos que apresentaram crescimento em relação às áreas que sofreram supressão da vegetação nativa.

Link: [Inpe confirma redução de desmatamento na maioria dos biomas em 2024 | Agência Brasil](#)

Notícia: Dezesseis projetos concorrem em edital para restauração da Amazônia

Reportagem: Juliana Andrade · 16 de janeiro de 2026

Resumo: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petrobras receberam 16 propostas para participar do edital da iniciativa ProFloresta+. Os projetos vencedores poderão acessar financiamento diferenciado do BNDES, como linhas do Fundo Clima voltadas à restauração com espécies nativas.

Em nota divulgada nesta sexta-feira (16), o BNDES informou que o resultado das inscrições, encerradas no último dia 9, foi "bem superior à expectativa de contratação prevista" e evidencia "o interesse do mercado em projetos de restauração florestal com geração de créditos de carbono de alta integridade".

Lançado em novembro passado, durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), o edital prevê a compra, pela Petrobras, de créditos de carbono



originados a partir de projetos de restauração ecológica com espécies nativas no bioma amazônico com padrões rigorosos de integridade por meio de contratos de longo prazo.

Link: [Dezesseis projetos concorrem em edital para restauração da Amazônia | Agência Brasil](#)

Notícia: Estudo alerta para riscos sanitários da BR-319 e da mineração de potássio no Amazonas

Reportagem: Karina Pinheiro · 16 de janeiro de 2026

Resumo: Um estudo técnico-científico divulgado por pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Infraestrutura para a Bioeconomia e o Clima (CBioClima) chama atenção para um risco pouco considerado no debate sobre grandes obras na Amazônia: a liberação e disseminação de microrganismos do solo com potencial patogênico, associada à pavimentação da BR-319 e à mineração de potássio no município de Autazes, no Amazonas.

O documento analisa dados microbiológicos coletados em áreas de floresta preservada e em zonas já impactadas por intervenções humanas ao longo do interflúvio entre os rios Purus e Madeira. Segundo os autores, a perturbação do solo provocada por estradas, mineração e desmatamento pode expor comunidades microbianas historicamente isoladas, criando condições para sua circulação em ambientes humanos.

Link: [Estudo alerta para riscos sanitários da BR-319 e da mineração de potássio no Amazonas - \(\(o\)\)eco](#)

Notícia: Conheça as cinco novas unidades de conservação do Ceará

Reportagem: Duda Menegassi · 26 de janeiro de 2026

Resumo: A proteção da Caatinga cearense ganhou um reforço com cinco novas unidades de conservação. As áreas protegidas foram criadas pelo governo do estado no final de dezembro e somam cerca de 80 mil hectares no bioma, a maior parte na categoria de uso sustentável. A maior delas é a Área de Proteção Ambiental (APA) Serras da Caatinga, com 66,3 mil hectares, que abrange diferentes ecossistemas, com formações de floresta úmida e mata seca, na região da Serra do Machado, a 120 quilômetros de Fortaleza. A conservação da Caatinga é vista como fundamental no combate à desertificação e na mitigação dos impactos da crise climática.



Os decretos, publicados no dia 16 de dezembro, criaram ainda a APA Serras de Irauçuba, o Monumento Natural Fumaça dos Ossos, a Área de Relevante Interesse Ecológico Pontal da Serra da Ibiapaba e o Refúgio de Vida Silvestre Picos da Caatinga. Com as novas cinco áreas, o estado do Ceará chega a 44 unidades de conservação estaduais.

Link: [Conheça as cinco novas unidades de conservação do Ceará - \(\(o\)\)eco](#)

Notícia: Multilateralismo climático precisa amadurecer, diz embaixador Corrêa do Lago

Reportagem: Cristiane Prizibiszki · 27 de janeiro de 2026

Resumo: O presidente da 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30), embaixador André Corrêa do Lago, divulgou nesta terça-feira (27) sua 12ª Carta à comunidade internacional, na qual propõe um novo multilateralismo climático. A carta foi publicada dois meses após a COP30, realizada em novembro passado em Belém, e pouco dias após a realização do Fórum Econômico de Davos, encontro que escancarou a crise que vive o multilateralismo global.

Em sua carta, um documento de seis páginas, Corrêa do Lago afirma que a crise climática não vai esperar até que as condições políticas e socioeconômicas se tornem ideais. Disse também que a ação climática ultrapassou de forma irreversível os limites do direito internacional, das salas de negociação e de relatórios técnicos.

Link: [Multilateralismo climático precisa amadurecer, diz embaixador Corrêa do Lago - \(\(o\)\)eco](#)

Notícia: Tratado do Alto-Mar: entenda o que muda para o Brasil

Reportagem: Fabíola Sinimbú · 31 de dezembro de 2025

Resumo: Com ajustes para atender os apelos do agronegócio, o Plano Clima foi aprovado nesta segunda-feira (15) pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM). O documento passa a orientar a implementação da meta climática brasileira no âmbito do Acordo de Paris e estabelece o caminho para que o Brasil reduza entre 59% e 67% das emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035, em relação aos níveis de 2005.

A aprovação do Plano Clima encerra uma lacuna de uma década sem um instrumento nacional atualizado para orientar a política climática e ocorre 17 anos após a primeira versão



do plano, lançada em 2008. A resolução do CIM com a decisão será publicada nos próximos dias no Diário Oficial da União.

Link: [Tratado do Alto-Mar: entenda o que muda para o Brasil | Agência Brasil](#)

Expediente

Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

Coordenação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente

Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Coordenadora – NPDL – Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Local e Meio Ambiente

Prof. Dr. Guilherme Rossi Gorni

Coordenador - CEAM - Centro de Estudos Ambientais

Fernanda Cesar da Silva – Secretária CIEPesquisa

Júlia da Silva – Aluna do curso de Ciências Biológicas

O "Clipping do Meio Ambiente" é um serviço oferecido pelo NPDL – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento Local e Meio Ambiente e pelo CEAM – Centro de Estudos Ambientais, ligados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Uniara com o objetivo de promover ações de educação ambiental. Recebem este informativo os docentes constantes do cadastro institucional do NPDL e do CEAM além de pessoas que o solicitaram ou foram indicadas pelos nossos leitores. Este Clipping não pode ser considerado como SPAM porque inclui uma forma de ser removido e a nomeação dos responsáveis. Caso não queira mais recebê-lo, favor enviar e-mail para clippingdomeioambiente@uniara.com.br e solicitar sua exclusão da lista de contatos. V. Sa. poderá também acessar o "Clipping do Meio Ambiente" no site <http://www.uniara.com.br/ceam/clipping-ambiental/>. Críticas e sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail clippingdomeioambiente@uniara.com.br